

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 218/2024****Pregão Nº 21/2025****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2025****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE FÓZ DO JORDÃO E
VEHLOR LTDA**

O **Município de Foz do Jordão**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 027.812.409-74, portador da cédula de identidade civil RG nº 81996130 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e **VEHLOR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 32.495.373/0001-77, sediado à AV. GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NET, 0 - CEP: 87030010 - BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL, Maringá/PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. (a) HELOZE PISMEL BASSETTI, inscrito (a) no CPF sob o nº 064.854.559-81, portador (a) da cédula de identidade civil RG nº residente e domiciliado à AV. GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NET, 0 - CEP: 87030010 - BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL, Maringá/PR, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 28/2024 e demais normas correlatas, pelo termo de Referência e anexos que originaram o presente instrumento, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA ✂ OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SELEÇÃO E GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, CONFORME LEI FEDERAL Nº 11.788/2008, E LEI MUNICIPAL 387/2009 E DECRETO 37/2025 FINALIDADE DE ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE FÓZ DO JORDÃO/PR.**

1.2. O CONTRATADO participou do processo licitatório, e conforme disposto em edital, termo de referência, anexos e na proposta de preços apresentada, segue abaixo o(s) item(ns) que ofertou a melhor proposta e venceu:



ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário sobre o valor de cada bolsa
LOTE: 001 - Lote 001	1	25186	MENOR TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SELEÇÃO E GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS	Serviço	SERV	1,00	2,5 %

1.3. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS BOLSAS AUXÍLIO

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt de cada bolsa R\$	Valor Total mensal das bolsas R\$
1	Prestação de serviços especializados em seleção e gestão de estagiários para atendimento das demandas do Município.	54	Estagiários/mês	759,00	40.986,00
Período de 12 meses			Valor máximo total da contratação será de R\$ 491.832,00		

1.3.1- Conforme disposto no memorando 082/2025 da Secretaria de Finanças, o Município de Foz do Jordão fará o pagamento das bolsas auxílio diretamente em conta bancária de cada estagiário no valor de R\$ 759,00 (setecentos e cinquenta e nove reais) mensal, totalizando o valor de até R\$ 40.986,00 (quarenta mil e novecentos e oitenta e seis reais) mensal, o valor total com contratações de estagiários no período de 12 meses será de até **R\$ 491.832,00 (quatrocentos e noventa e um mil e oitocentos e trinta e dois reais)**, conforme cronograma a seguir:

Item	Graduação	Vagas	Local	Carga Horária	R\$ da Bolsa Auxílio
1	Enfermagem	2+CR	Secretaria de Saúde	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
2	Técnico em Enfermagem	2+CR	Secretaria de Saúde	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
3	Administração	6+CR	Secretaria de Administração	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
4	Ciências Contábeis	1+CR	Secretaria de Finanças	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
5	Direito	1	Secretaria de Administração	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
6	Farmácia	2	Secretaria de Saúde	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
7	Fisioterapia	2	Secretaria de Saúde	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
8	Odontologia	2	Secretaria de Saúde	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
9	Educação Física	4	Secretaria de Educação	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
10	Serviço social	1	Assistência Social	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
11	Pedagogia	20	Secretaria de Educação	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
12	Psicologia	2+CR	Secretaria de Educação/Assistência Social	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
13	Licenciaturas: Artes Visuais, História, Geografia, Matemática, Línguas Inglês/e ou português	6+CR	Secretaria de Educação	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00



14	Agronomia	1+CR	Secretaria de Agricultura	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
15	Medicina Veterinária	1+CR	Secretaria de Agricultura	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00
16	Economia	1	Secretaria de Finanças	4 h diárias sendo 20 horas semanais	759,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA ✂ DO VALOR

2.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

2.2. O valor a ser pago contratação será de 2,5% (dois virgula cinco por cento) sobre o valor de cada bolsa, monetariamente de até **R\$ 12.295,80** (Doze Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Oitenta Centavos), no ano, ou de até **R\$ 1.024,65** (mil e vinte e quatro reais com sessenta e cinco centavos) ao mês, já incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários para a perfeita execução integral do objeto contratado.

2.2.1. O valor da taxa administrativa a ser pago ao contratado será sobre o número de estagiários efetivamente contratados, podendo variar entre 01 até 54 bolsas auxílios ao mês.

2.2.2. Os preços contratados serão considerados completos e suficientes para o fornecimento dos serviços objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação feita pelo CONTRATADO.

3. CLÁUSULA TERCEIRA ✂ DOS DOCUMENTOS

3.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Composição de Preços;
4. A Proposta do CONTRATADO;
5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3.2. A formalização de contrato presume que o CONTRATADO:

1. Examinou criteriosamente e detalhadamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve do CONTRATANTE as informações necessárias à sua execução;
2. Atestou que conhece o local e as condições de realização dos serviços, ficando ciente de todos os detalhes e condições dos serviços.



3.3. Serão incorporados ao presente contrato, mediante TERMOS DE APOSTILAMENTO E ADITIVOS, modificações que sejam necessárias, alterações nos projetos, especificações, prazos, atualização de preços ou normas gerais de serviços do CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUARTA ✂ DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de até 365 dias de 07/07/2025 à 06/07/2026. Conforme disposto no artigo 106 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes até 05 anos, segundo o art. 107 da mesma Lei.

5. CLÁUSULA QUINTA ✂ DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Das vagas, elaboração do edital e realização do teste seletivo;

5.1.1. - Nos termos do ajustamento de conduta 35/2016 firmado entre o município de Foz do Jordão e o Ministério Público do Trabalho gerado a partir do processo TST-RR-294800-13.13.2009.5.09.0659, fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 5%(cinco por cento) e os Afrodescendentes o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas;

5.1.2. Uma vez que serão ofertadas exclusivamente vagas para estudantes do ensino superior, deve-se dar preferência de 50% das vagas para alunos que cursaram o ensino médio na rede pública.

5.1.3. O processo seletivo será mediante aplicação de prova escrita, ficando por conta do AGENTE DE INTEGRAÇÃO, todos os encargos e responsabilidades para tal cumprimento.

5.1.4 É de responsabilidade do AGENTE DE INTEGRAÇÃO contratado a elaboração e aplicação de todo processo seletivo.

5.1.5 O CONTRATANTE designará comissão para análise e aprovação do edital de seleção, bem como acompanhamento do processo seletivo.

5.1.6. A prestação de serviços deverá conter a aplicação de teste seletivo adicional conforme as demandas da administração sendo (1+1) ✂Teste Seletivo Reserva✂

5.1.7 Seleção de estagiários pelo período de 12(doze) meses: caso haja necessidade de prorrogação do contrato, o contratado deverá realizar novo teste seletivo sem ônus para o município contratante.

5.1.8 O prazo de execução do processo seletivo será de no máximo 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da requisição de compra, e deverá ser realizado em conformidade com o cronograma a seguir:

5.1.8.1 A elaboração e publicação do edital para o teste seletivo, deverá ser concluída no prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, contados do momento do recebimento da nota de empenho, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente o



solicitado;

5.1.8.2 A abertura das inscrições para o processo seletivo deverá iniciar a partir da publicação do edital no diário oficial do município;

5.1.8.3 As inscrições para o Processo Seletivo deverão ficar abertas 10 (dez) dias uteis, após a data da publicação do edital;

5.1.8.4 As homologações das inscrições deverão ocorrer 02 (dois) dias uteis após o encerramento das inscrições;

5.1.8.5 A publicação com indicação dos locais de realização das provas e do ensalamento, deverá ocorrer 02 (dois) dias uteis após a homologação das inscrições;

5.1.8.6 A realização das provas deverá ocorrer 05 (cinco) dias uteis a contar da publicação de indicação dos locais e do ensalamento;

5.1.8.7 O resultado das provas deverá ser divulgado 03 (três) uteis após a data da realização das provas;

8.1.8.8 A homologação do resultado final, só poderá ocorrer após toda a tramitação e observância dos prazos recursais;

5.1.9 O AGENTE DE INTEGRAÇÃO deverá realizar o teste seletivo no município de Foz do Jordão/PR, em locais a serem definidos pelo CONTRATANTE.

5.2 A administração poderá suspender em qualquer tempo conforme interesse desta, a oportunização de bolsas auxílios estágios por tipo de graduação, comunicando expressamente o agente interveniente.

5.3 Os serviços deverão ser realizados mediante prévio agendamento pelo telefone (42) 3639 8100 serão realizadas exclusivamente no período da manhã entre as 08:00hs até as 11:30hs e a tarde entre 13:30hs até 16:30hs.

5.4 A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria da pasta, no prazo máximo de até 03 (três) dias, contados do momento do recebimento da nota de empenho, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente o solicitado;

5.5. O início da execução do objeto deverá ocorrer no prazo de até 03 dias após recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento pelo fornecedor.

5.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 dias**, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.7. O gestor do contrato verificará se o CONTRATADO mantém as condições de habilitação.

5.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos e na proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



5.9. Sendo constatado vícios na execução dos serviços ou divergências das especificações, o recebimento será recusado, dando ciência dos motivos da recusa ao CONTRATADO, que assumirá todas as despesas decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de **05 dias**, contado a partir da notificação, refazer os serviços. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

5.10. Caso existir a paralisação dos serviços por motivos de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensos os deveres e responsabilidades de ambas as partes com relação ao serviço contratado, não cabendo, ainda, a nenhuma das partes a responsabilidade pelos atrasos e danos correspondentes ao período de paralisação.

5.11. O motivo de força maior ou caso fortuito deverá ser formalmente comunicado pelas partes e comprovado no prazo máximo de 24 horas da ocorrência.

5.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo **de até 05 dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

5.12.1. O Preposto será comunicado para a emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dos serviços prestados e devidamente recebidos.

5.13.1. O gestor do contrato verificará os documentos e encaminhará a nota fiscal ou fatura ao setor competente para a formalização do procedimento de liquidação e pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA ✂ DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA ✂ DA SEGURANÇA E DA QUALIDADE

7.1. O CONTRATADO deverá garantir a segurança, higiene e boa técnica necessárias à preservação da integridade das pessoas, dos materiais e dos serviços.

7.2. Para a execução eficiente dos serviços, o CONTRATADO somente deverá empregar pessoal competente e qualificado.

7.3. A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais será do CONTRATADO, não podendo solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento da conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente de materiais.

7.3.1. Os materiais que serão utilizados nos serviços deverão obedecer, rigorosamente todas às normas e especificações técnicas constantes no edital e anexos; às normas do Contratante; ABNT; recomendações dos fabricantes; e demais normas e regulamentos cabíveis.



7.3.2. O CONTRATANTE fiscalizará e poderá determinar a paralisação dos serviços quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo respeitadas pelo CONTRATADO. Este procedimento não servirá como justificativa para eventuais atrasos.

8. CLÁUSULA OITAVA ✂ DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

8.1. Os serviços técnicos de consultoria deverão ser prestados por pessoa jurídica, que atenda as condições:

8.1.1 A empresa deverá apresentar prova de registro regular da empresa no Conselho Regional de Administração (CRA), com jurisdição do domicílio da sede do licitante;

8.1.2. Declaração formal indicando no mínimo um profissional de nível superior com formação em Administração, para responder tecnicamente pela execução dos serviços;

8.1.3. Prova de registro regular do responsável técnico indicado no inciso anterior, no Conselho Regional de Administração (CRA);

8.1.4. Prova do vínculo empregatício ou contratual entre o licitante e o profissional indicado no inciso II.

9. CLÁUSULA NONA ✂ DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos serviços técnicos de consultoria se dará após a execução dos serviços, aprovação do fiscal e mediante a apresentação da nota fiscal ou fatura da seguinte forma:

9.1.1. O CONTRATADO deverá fazer constar no campo de observação da sua nota fiscal as seguintes informações:

Pregão nº. 21/2025.

Contrato nº 140/ 2025.

Requisição de Compra nº _____.

Banco: _____ Agência _____ Conta Corrente: _____

9.1.2. - Conforme disposto no memorando 082/2025 da Secretaria de Finanças, o Município de Foz do Jordão fará o pagamento das bolsas auxílio diretamente em conta bancária de cada estagiário no valor de R\$ 759,00 (setecentos e cinquenta e nove reais) mensal, totalizando o valor de R\$ 40.986,00 (quarenta mil e novecentos e oitenta e seis reais) mensal, o valor total com contratações de estagiários no período de 12 meses será de **491.832,00 (quatrocentos e noventa e um mil e oitocentos e trinta e dois reais)**.

9.1.3. Para a empresa **será repassado somente o valor da taxa administrativa correspondente** conforme cláusula primeira deste contrato.

9.1.4. Vale informar que a ordem de serviço estará vinculada a existência de saldo financeiro quando da homologação e adjudicação do objeto ao vencedor.



9.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.3. Havendo alteração contratual que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, deve ser reestabelecida a equação econômico-financeira por meio de apostilamento ou aditivo contratual nos casos autorizados pela Lei n.º 14.133/2021.

9.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = $\frac{1 + (TX/100)^{N/365}}{1}$

I = (TX/100)/365

TX = percentual da taxa

9.5 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. CLÁUSULA DÉCIMA DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DE PREÇOS

10.1. Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE promoverá o reajuste de preços mediante apostila, e aplicará o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o [indicar o dia/mês/ano da data do orçamento estimado], desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

10.2. A repactuação de preços também ocorrerá mediante apostila/aditivo, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.

10.3.1. A revisão de preços registrados será realizada mediante solicitação do CONTRATADO ou do CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato, com objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea III da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1. O pedido realizado pelo CONTRATADO para revisão de preços será analisado e respondido no prazo de 15 dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.



10.3.2. A emissão da ordem de serviço ou nota de empenho não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.

10.3.3. A execução do objeto ou a extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.

10.4. No caso de existência de garantia da execução, nos termos do [§ 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021](#), o Gestor do Contrato enviará o termo de apostilamento ou o aditivo com atualização de preços para o CONTRATADO promover a complementação da garantia, no prazo de 05 dias úteis.

10.5. As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor do Contrato e o Preposto do CONTRATADO, conforme os dados apresentados no preenchimento da proposta no Anexo III do edital **Informações Necessárias para a Contratação**.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar a fiscalização do Contrato, através de servidor especialmente designado LIDIANE PRESA HAMUD, e de seu substituto LUCIANE ARAUJO TEIXEIRA que exercerá todas as atribuições compatíveis com a fiscalização do presente Contrato dispostas no art. 13º § 6º inciso II do Decreto Municipal n. 28/2024, publicado em 15/03/2024.

II - realizar a gestão do Contrato, através de servidor especialmente designado ERIC KRACHINSKI DA SILVA que exercerá as atribuições compatíveis com a gestão do presente Contrato, conforme disposto no art. Art. 13º § 6º inciso I do Decreto Municipal n. 28/2024, publicado em 15/03/2024

III - o fiscal e o gestor do Contrato, conforme atribuições, tomarão conhecimento do Contrato e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

IV - emitir de nota de empenho ou ordem de serviço quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos no Contrato;

V - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

VI - comunicar ao preposto do CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratual, para que sejam promovidas as substituições, reparações ou correções;



VII - verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Contrato, edital e anexos;

IX - comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

X - registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Tribunal de Contas do Estado e no Portal da Transparência do Órgão (<https://fozdojordao.pr.equiplano.com.br:7492/transparencia/licitacoes>) as eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

XI - providenciar as devidas publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

XII - o Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações do(s) fornecedor(es), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA ✂ DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. Constituem obrigações do CONTRATADO:

I - assinar este Contrato no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

II - cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

III - atender rigorosamente às cláusulas contratuais;

IV - manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

V - alocar os empregados habilitados e necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

VI - manter o local de trabalho limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

VII - apresentar os empregados devidamente identificados com uniforme e crachá;

VIII - observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

IX - prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



- X - responsabilizar-se pela segurança, mão de obra, eficiência, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- XI - atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e as demais aplicáveis ao objeto contratado;
- XII - responsabilizar-se pelas despesas e todos os encargos decorrentes da execução do presente Contrato;
- XIII - responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros decorrentes da execução dos serviços contratados, causados por culpa ou dolo, inclusive acidentes, perdas, mortes ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as redações que possam surgir com relação ao presente Contrato;
- XIX - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XX - substituir, reparar, corrigir, reconstruir, substituir, demolir ou refazer, às suas expensas, quaisquer partes da obra ou serviços que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- XXI - executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;
- XXII - garantir, durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;
- XXIII - promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações do Termo de Referência e Edital, no prazo determinado.
- XXIV - manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- XXV - aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias;
- XXVI - promover, no prazo estipulado, a complementação da garantia de execução, quando for o caso, após ocorrer o reajuste, a repactuação ou a revisão de preços;
- XXVII - não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato;
- XXVIII - comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência de qualquer fato anormal, acidente que se verifique no local dos serviços ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da obra em partes ou no todo;
- XXIX - submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- XXX - acatar todas as orientações do CONTRATANTE, emanadas pelo gestor e fiscal do Contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA ✂ DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA ✂ DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

14.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

14.3. Multa:

14.3.1. moratória de 0,5 à 30% (cinco décimos à trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.3.2. compensatória de percentual sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3.3 o percentual será conforme previsto no Termo de Referência vinculado ao processo licitatório que gerou esta contratação.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

14.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

14.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;



3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

14.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

14.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

14.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ✂ DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

15.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



15.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.5.3. Indenizações e multas.

15.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.7. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, o CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria (art. 139, III, ~~§ 2º~~ da Lei n.º 14.133/2021).

15.8. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, o CONTRATANTE poderá reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA ✂ DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s) no Exercício:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
390	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
560	04.002.04.123.0002.2012	0	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
1180	05.002.12.361.0003.2017	104	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
2760	06.002.10.301.0004.2036	303	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
3580	07.002.08.245.0007.2045	0	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
4050	08.002.15.452.0012.2057	0	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
4420	09.002.20.608.0009.2063	0	3.3.90.36.00.00	Do Exercício
5280	12.003.27.812.0006.2081	0	3.3.90.36.00.00	Do Exercício

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ✂ DAS ALTERAÇÕES

17.1. O CONTRATADO fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.



17.2. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando:

17.2.1. Existir modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

17.2.2. Existir necessidade de modificar o valor registrado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

17.3. As alterações qualitativas e quantitativas observarão os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Contrato é competente o foro da Comarca Guarapuava ✕ Estado do Paraná.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA ✕ DA PUBLICIDADE

19.1. O Contrato será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da transparência <https://fozdojordao.pr.gov.br/portalTransparencia/> e no Diário Oficial do Município <https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar>.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

20.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas no presente Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como nos regulamentos municipais.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam o presente Contrato, que servirá de instrumento para fins de contratação.

Foz do Jordão, 07 de julho de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
PREFEITO

HELOIZE PISMEL BASSETTI
VEHLOR LTDA

ERIC KRACHINSKI DA SILVA
GESTOR DO CONTRATO

LIDIANE PRESA HAMUD

LUCIANE ARAUJO TEIXEIRA



Prefeitura Municipal de

FOZ DO JORDÃO

fozdojordao.pr.gov.br

FISCAL

FISCAL SUBSTITUTO

Testemunhas:

Nome
CPF

Nome:
CPF



Prefeitura Municipal de

FOZ DO JORDÃO

CNPJ: 01.603.719/0001-8

42 3639 8100 - financas@fozdojordao.pr.gov.br

Rua Padre Emílio Barbiéri, Nº 339 - CEP 85.145-000 | Foz do Jordão - P